

CIESPAL: Trinta anos de influências*

Fátima Aparecida Feliciano **

No final de 1958, em Quito, no Equador, é criado o CIESPAL-Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo (Jornalismo) para a América Latina, com o objetivo de desenvolver, na região, os estudos na área de ciências da informação.

Mas a criação do CIESPAL no contexto latino-americano não constituía um fato isolado.

Calcado no modelo do CIESJ — Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo, de Estrasburgo, França, criado dois anos antes, para a Europa, o Centro fazia parte da estratégia mais ampla da UNESCO para o desenvolvimento dos meios de comunicação no mundo.

O desejo de criação de uma ordem mundial, que depois das conseqüências nefastas de duas guerras levasse o desenvolvimento econômico a todas as regiões do mundo, vinha da própria ONU, e é no bojo dela que surge a tentativa de criação de uma nova ordem mundial, e tanto o CIESJ como o CIESPAL, além de outros centros criados depois, são parte fundamental dessa estratégia.

* O texto é um resumo adaptado da dissertação de Mestrado — *Jornalismo: A Prática e a Gramática — A Influência do Projeto Pedagógico/UNESCO/CIESPAL nos Rumos do Ensino de Jornalismo no Brasil* — defendida na ECA-USP em dezembro de 1987, sob a orientação do Prof. Dr. José Marques de Melo.

** Bacharel, Mestre e Doutoranda em Ciências da Comunicação na ECA-USP.

O ensino de jornalismo, já a essa altura praticado em razoável escala no mundo e na própria América Latina, acaba, na década de 60, dando lugar ao que viria a ser denominado de ensino de *comunicação*.

Nas décadas subsequentes foram sendo acrescentadas as adjetivações: *de massa, coletiva*, e finalmente, *social*.

A par dessas denominações que, é claro, carregam alto grau denotativo, o que fica é a total mudança no panorama latino-americano relativamente ao período pré-UNESCO, no campo do ensino de comunicação, em geral, e do jornalismo, em especial.

As pesquisas realizadas, com vistas ao período, demonstram não somente um avanço quantitativo muito grande em relação tanto aos meios de comunicação quanto aos cursos de formação de profissionais para atuarem na área, mas também, e principalmente, uma evolução conceitual bastante significativa.

No bojo da estratégia da UNESCO, acabou vindo para a América Latina não somente o projeto pedagógico desenvolvido pela UNESCO/CIESPAL, mas principalmente seu caráter ideológico.

Por trás da concepção de *mudança social* por intermédio dos meios de comunicação havia a ideologia implícita do próprio conceito de *desenvolvimento econômico* utilizado amplamente pela ONU e pela UNESCO até o final dos anos 60. Em meados dos anos 70, o conceito de *interdependência* gerado pela crise do capitalismo internacional acaba alterando profundamente tanto as relações econômicas quanto os rumos políticos dentro da própria ONU, com reflexos imediatos na UNESCO.

A crise capitalista que atinge a maioria dos países-líderes, e o estado crônico de subdesenvolvimento do Terceiro Mundo levam os países-membros da ONU a buscarem uma NOVA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL (NOEI), ao mesmo tempo em que o clamor por relações mais justas na área de informação leva, a partir de 1972, à discussão do que viria a ser chamado de uma NOVA ORDEM MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO (NOMIC).

O CIESPAL recebe e reflete essa mudança conjuntural, já que, no seu caso específico, não somente as alterações na área econômica o atingem, mas, e principalmente, as de ordem política.

Por uma série de fatores, também, a social-democracia europeia, um dos pólos da chamada Comissão Trilateral (Estados Unidos/Europa Ocidental/Japão), passa a exercer mais de perto sua influência na ONU e no próprio CIESPAL, que começa a receber, a partir de meados da década de 70, substancial auxílio da Fundação Friedrich Ebert, tradicional reduto da social-democracia alemã.

Assim, o CIESPAL, que até meados da década de 70 havia desenvolvido uma vertente *funcionalista* de origem basicamente norte-americana, passa para a égide da Fundação Friedrich Ebert, alterando sua visão de comunicação de forma radical.

Como que da água para o vinho, mas mantendo sua visão capitalista de realidade social e da problemática dos meios de comunicação, o CIESPAL passa a liderar a corrente do que seria depois denominado de *Teoria da Dependência* — uma visão aparentemente mais

crítica dos meios de comunicação, mas que no fundo, como a própria social-democracia apregoa, acaba por visar tão-somente à *reforma* das questões que afetam o campo social como um todo e os meios de comunicação, em particular, em detrimento de uma *revolução*, para atingir os mesmos fins.

O PROJETO UNESCO/CIESPAL

Tendo em perspectiva, depois de duas guerras mundiais, que os acordos político-econômicos não podiam, por si só, estabelecer "uma paz firme e duradoura", surge, em 1945, a UNESCO, com o intuito de contribuir para essa paz, por meio, basicamente, da educação, ciência e cultura.

Para a consecução desse fim, a UNESCO se propunha a realizar esforços para "favorecer o conhecimento e a compreensão mútua entre as nações", "imprimir um vigoroso impulso à educação popular e a difusão da cultura", além de ajudar na manutenção, no progresso e na difusão do saber.¹

A UNESCO nasce, essencialmente, uma organização intergovernamental, cujo funcionamento é garantido pela cotização dos Estados-membros. As bases da nova organização são estabelecidas entre 1942 e 1945 em diversas reuniões da Conferência de Ministros de Educação dos países aliados, em Londres, celebrada na Conferência das Nações Unidas de São Francisco e adotada por quarenta e três membros em novembro de 1945.

No campo da informação, a UNESCO desenvolve dois trabalhos. O primeiro no sentido de "facilitar a livre circulação de notícias e ajudar no desenvolvimento dos meios e técnicas de informação", e o segundo com a preocupação de aumentar a difusão das informações a fim de "incentivar a compreensão mútua entre os povos do mundo".

A UNESCO, para desincumbir-se dessas duas tarefas em matéria de informação, vale-se de inquéritos para o adequado desenvolvimento dos meios de comunicação, tendo como interesse particular a formação de jornalistas, "pela utilização de métodos audiovisuais na educação e pelas pesquisas sobre as técnicas de informação das massas", no sentido de difundir informações, facilitar as reportagens escritas, radiofônicas, filmadas e televisionadas.²

O primeiro artigo da constituição da UNESCO prevê que para a realização da tarefa do "mútuo conhecimento e compreensão dos povos, através de todos os meios de comunicação, há a necessidade de se recorrer a acordos para promover o livre trânsito de idéias pela palavra e imagem", já que a necessidade dos meios de comunicação no mundo devastado pela Segunda Guerra Mundial cresce com a descolonização e outros problemas decorrentes e que "...em um mundo livre, o direito à informação se apresenta como um prolongamento do direito à educação".

Já em 1948, a Conferência da ONU havia considerado a "liberdade de informação" como uma das "liberdades básicas" e a "pe-

dra de toque de todas as liberdades a que se dedica as Nações Unidas”, admitindo, pouco depois, que para que houvesse “informação livre e adequada em qualquer país, deveria haver um desenvolvimento adequado da Comunicação coletiva” e, por conseguinte, “todos os países novos ou antigos, industrializados ou não, altamente desenvolvidos, (estavam) legitimamente interessados no desenvolvimento de seus sistemas de Comunicação”.³

Em 1958, a Assembléia Geral das Nações Unidas exige da UNESCO um “programa de ação concreta” que revigorasse as instituições de imprensa, radiodifusão, cinema e televisão dos países em vias de desenvolvimento econômico e social.

A UNESCO realiza, nessa perspectiva, um estudo com o fim de formular um programa de avaliação de recursos mediante uma série de reuniões em Bangkok (1960), Chile (1961) e Paris (1962).

Em 1962, a Assembléia Geral adota uma resolução que expressa preocupação pelo fato de 70% da população carecer de instalações técnicas apropriadas e não desfrutar, por conseguinte, efetivamente, do direito à informação.

A Conferência Geral da UNESCO no final de 1962 autoriza a publicação de um estudo no sentido de “levar à prática o programa de desenvolvimento dos meios de informação coletiva”. Um *expert* seria encarregado de “examinar o papel dos meios de informação coletiva na promoção do progresso econômico e social”, a partir do resultado obtido nas três reuniões regionais efetuadas entre 1960 e 1962.

Esse *expert* era o professor doutor Wilbur Schramm, então diretor do Instituto para a Pesquisa da Comunicação da Universidade de Stanford, Estados Unidos, que havia participado dos três encontros.

Assim, no seu *Mass Media and National Development*, escrito por encomenda da UNESCO, Schramm revela todas as nuances do conceito vigente, à época, de uma comunicação com vistas ao desenvolvimento.

A UNESCO E A FORMAÇÃO EM JORNALISMO

A UNESCO, no campo da informação, preocupavam duas tarefas principais: melhorar a qualidade da informação e “facilitar a sua circulação internacional dentro e fora dos países”.

Para que obtivesse o primeiro desses objetivos era necessário que fosse assegurada aos jornalistas uma formação especializada, embora se reconhecesse a impossibilidade de se impor normas rígidas para o tratamento do assunto, já que se lidava com experiências de diversas ordens.

Reconhecia-se, no entanto, a necessidade de uma linha comum de ação relativamente às idéias e experiências correntes, de modo a estabelecer um guia para a formação de profissionais.

Assim, a liberdade de informação, “condição essencial da vida democrática e um dos direitos fundamentais do homem”, levava o

profissional de jornalismo a um nível elevado de responsabilidade, justificando mais plenamente investimentos nesse setor.

É com esse enfoque que se impõe a criação de *centros regionais* que se encarregassem de elevar o nível de formação e de educação dos profissionais da informação nas diversas partes do mundo.

Mais precisamente em 1956, na reunião de peritos realizada em Paris, essa questão toma corpo. A criação de tais centros visava à formação dos docentes das faculdades (já que se pressupunha o ensino em nível universitário), e conseqüente melhoria dos métodos e técnicas.

Dessa reunião de *experts*, em 1956, saíam, então, as bases para cinco centros de formação em jornalismo, respectivamente em Estrasburgo, Quito, Dakar, Beirute e Manilla.

No dia 25 de julho de 1957, o Ministério da Educação da França aprovava os estatutos do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo, de Estrasburgo, França, em colaboração com a Universidade de Estrasburgo e sob a égide da UNESCO.

Um ano após a criação do CIESJ coloca-se a necessidade de um novo centro, já que o primeiro limitava-se a servir as regiões da Europa, África, Oriente Médio e Oriente Próximo.

O CIESPAL

Em São José da Costa Rica, na Segunda Conferência de Comissões Nacionais da UNESCO, o diretor da Escola de Jornalismo da Universidade Central de Quito, professor José Alfredo Llrena, manifesta, oficialmente, o interesse de levar esse segundo Centro para Quito.

Com o apoio do governo do Equador, uma comissão é encarregada de formular um acordo para a criação do Centro, que culminaria com o nascimento do CIESPAL, com extensão para o Caribe, no dia 3 de dezembro de 1958, embora tivesse sido cogitada sua vinda para o Brasil.

O CIESPAL conta nesse início com os auspícios da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Fundação Ford e a partir de meados da década de 70 com recursos advindos da Fundação Friedrich Ebert (Alemanha) e da Rádio Nederland Training Centre, dos Países-Baixos.

Naquele momento, diz Proaño, era necessário diminuir a brecha entre o conhecimento prático do jornalismo e sua desvinculação do conhecimento de ordem teórica e acadêmica. Nesse sentido, são feitos esforços para ministrar cursos especializados, contando com professores de jornalismo americanos e europeus, financiados pela OEA e UNESCO.

O CIESPAL é atingido, na década de 60, pelas novas teorias da comunicação, advindas dos avanços das ciências sociais, e direciona seus conceitos e programação de cursos na perspectiva de ampliar os processos de mudança e desenvolvimento econômico.

Em relação ao ensino, o CIESPAL organiza, a partir de 1960, cursos anuais internacionais de aperfeiçoamento em ciências da informação coletiva que, "graças ao concurso dos professores, severamente selecionados, e de bolsistas dos países americanos, convertem-se em eventos de alta significação para a cultura latino-americana", e por outro lado transcendem o mero "treinamento de jornalistas e professores, já que abrem novos caminhos para a pesquisa científica, intocados anteriormente na América Latina".⁴

Esses cursos "introduzem as novas ciências da comunicação, como a psicologia e a sociologia da comunicação, e, em especial, as matérias específicas da pesquisa científica dos meios de comunicação coletiva". A participação é inicialmente assegurada a jornalistas profissionais e professores universitários.

O CIESPAL "mantém contatos permanentes com as (...) escolas de jornalismo da América Latina e à grande parte delas (presta) assessoria, tendo, inclusive, sugerido reformas que foram, no geral, bem aceitas, como, por exemplo, o Currículo Celso Kelly (Parcer 631/69), de 1969, no Brasil.

O Centro realiza, assim, uma série de seminários "com o propósito de conhecer o nível técnico e acadêmico do ensino que era proporcionado em cada uma das escolas da região e para obter informação sobre os diversos problemas do jornalismo, do exercício da profissão, legislação, enfim, da problemática latino-americana e da necessidade de pesquisas científicas".⁵

Empenha-se, dessa forma, nos três objetivos preconizados: *pesquisa*, tanto apontando para a metodologia (funcionalista/morfológica), quanto promovendo cursos ou realizando pesquisas; *documentação*, que nessa fase inicial ("primeira fase") toma contornos mais de produção editorial, somente iniciando-se na coleta e manipulação de dados a partir de 1970 com a instalação de um Centro de Documentação, e *ensino de jornalismo* (comunicação), promovendo uma série de encontros, reuniões e seminários com o intuito de apontar para caminhos menos empíricos, no sentido de dar à comunicação um *caráter científico* que refletisse nas escolas por meio de indicações metodológicas, infra-estruturais e até mesmo curriculares.

No desempenho dessas três atividades principais, o CIESPAL acaba apontando para uma filosofia da qual fazem parte, basicamente, um conceito de *comunicação*, um conceito de *jornalismo* e um conceito mais específico de ensino de *jornalismo*, ao qual denominei *Projeto Pedagógico*, e que tem raízes nas concepções da UNESCO, que sofrem, por sua vez, periódicas transformações.

Esses objetivos, perpassados pelos conceitos apontados, assumem características específicas nas duas fases, em meio a contingências de caráter político-ideológico.

A "SEGUNDA FASE"

Mas as críticas ao CIESPAL começam a surgir. O modelo *difusionista/funcionalista* começa a demonstrar sinais de esgotamento, ao mesmo tempo em que mudanças políticas ocorriam na UNESCO.

Depois do auge no período correspondente ao final dos anos 40 até a década de 60, a economia capitalista internacional inicia uma etapa depressiva. Forma-se a chamada Trilateral (Estados Unidos/Europa Ocidental/Japão) em 1973, durante o governo Carter, tendo como objetivo principal “elaborar uma estratégia político-econômica comum para os três blocos”.⁶

Paralelamente, temos o avanço da social-democracia na Europa. Reivindicações chegam do Terceiro Mundo e passam a desafiar as nações industrializadas para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), que implicasse novas relações políticas e conseqüente melhor distribuição de riquezas.

A reação do trilateralismo acaba sendo inevitável e tem por conseqüência, *grosso modo*, a elaboração de uma “resposta histórica”, que acaba gerando uma política de *não-transformação* radical dos sistemas econômicos, ou seja, gerando propostas de *reforma* para salvá-los.

A essa doutrina junta-se a social-democracia alemã, que tem na Fundação Friedrich Ebert um de seus principais redutos.

A NOMIC: UM “NOVO CONCEITO DE COMUNICAÇÃO” PARA UNESCO E CIESPAL

De 17 a 28 de julho de 1972, em Paris, a UNESCO promove a Reunião de Experts em Política de Comunicação, onde o novo tema *políticas nacionais de comunicação* começava a ser detidamente estudado, dando eco ao movimento iniciado dois anos antes e que “orientou progressivamente um programa” de promoção e sistematização de esforços nacionais nas esferas de competência da UNESCO, em função de fins determinados, isto é, de uma política que fosse parte integrante de uma planificação sintética de desenvolvimento total”.⁷

Partia-se do conceito de que a comunicação moderna devia ir além do “modelo vertical caduco”, isto é, do conceito de circulação em um só sentido — um *processo multilateral* (grifo nosso), “em que não somente um pode se comunicar com muitos, mas um com outro, muitos com um, ou muitos com muitos”.⁸

Começam a preocupar as “funções sociais da comunicação”. Nas reuniões de 74 e 76 da ONU, tomam corpo as noções de uma Nova Ordem Econômica (NOEI) e uma Nova Ordem da Comunicação e Informação (NOMIC).

Inicia-se um novo debate que culmina, em 1980, com o polêmico *Informe MacBride (Many Voices and One World)*, da comissão liderada pelo político irlandês Sean MacBride, que preconiza, basicamente, em seiscentas páginas, a democratização política para o conseqüente desenvolvimento dos meios de informação e das sociedades nas quais estão integrados.

Esses esforços são refletidos no CIESPAL. Já em 1973, em São José da Costa Rica, o Centro realiza vários seminários já com o financiamento da Fundação Friedrich Ebert e do CEDAL (Centro de Estudos Democráticos para a América Latina).

Nesses seminários (pesquisa/ensino) a questão da ideologia nas teorias da comunicação era pela primeira vez tornada transparente. Mais precisamente podemos dizer que a partir desse momento o CIESPAL passa a desenvolver a vertente da *Teoria da Dependência*.

Ficava claro, a partir dali, que se deveria ter cuidado com enfoques de comunicação advindos de "países centrais", fixados numa "concepção totalizadora", e que a comunicação deveria ser concebida em "todos os seus níveis de funcionamento, como um aspecto do processo produtivo geral da sociedade".

Esse princípio teórico relativo à essa condição intrínseca da comunicação tinha, dessa forma, conseqüências no plano do estudo do *objeto*. Afirmava-se que a mudança no enfoque do *conceito* devia, obrigatoriamente, redirecionar os rumos da *pesquisa*.

O caminho apontado era o de uma *metodologia* originária e para latino-americanos, baseada num *instrumental* de trabalho mais depurado e crítico e "que chegasse ao descobrimento de toda a inter-relação econômica, política, social e cultural que configuram as estruturas da dominação e poder, que, muitas vezes, condicionam e determinam os sistemas de comunicação imperantes".⁹

Naquele momento em que os organismos internacionais constata-
vam a impraticabilidade de programas de extensão agrícola, no sentido da difusão de informações, para o incremento da produtividade, chega-se à necessidade de novos marcos de referência num sistema de comunicação que possibilite a melhoria substancial dos programas de desenvolvimento e mudança social, que não podiam ser identificados a não ser pela pesquisa sistemática da comunicação na sociedade.

Para isso o CIESPAL (Marco Ordoñez Andrade) aponta para uma revisão das disciplinas curriculares (Plan Tipo de 1966) e da visão do problema por parte das faculdades e dos professores, no sentido de permitir que se descobrissem ou identificassem os canais "mais adequados para que a comunicação chegasse aos diferentes grupos sociais".¹⁰

Assim, a questão fundamental que passa a nortear os rumos da pesquisa e do ensino no CIESPAL na sua "segunda fase" é a busca de uma metodologia própria à América Latina, mais engajada na proposição da planificação do desenvolvimento, na busca de políticas nacionais de comunicação, preconizadas pela UNESCO, a partir da década de 70.

De forma direta, por meio dos promotores do CIESPAL (seminários e "talleres" sobre temas específicos) a questão da participação é colocada como forma de inserção total dos camponeses em processo de tomada de decisão e execução de ações comunitárias, pesquisa e planificação comunitária, além da criação de "talleres" de comunicação popular, desenvolvidos mediante processos de pesquisa-ação, no estímulo à participação ativa das populações nas soluções dos próprios problemas.

O Centro publica tanto na sua "primeira", quanto na sua "segunda" fase uma série de textos que seriam pioneiros na América

Latina. Publica também desde 1972, a revista *Chasqui*, que vive hoje sua segunda época.

Mas é a questão do ensino de comunicação que tem suscitado grande interesse. Tanto na sua "primeira" quanto na sua "segunda" fase o CIESPAL elaborou currículos que, comparativamente aos currículos implantados no Brasil, evidenciam uma influência inegável. Tabelas comparativas em nossa dissertação põem em relevo as mudanças substanciais realizadas em nossa primeira reforma curricular (do currículo mínimo de 1962 para o de 1969), e nas subseqüentes — 1978, 1984, a partir do currículo proposto em 1973 pelo CIESPAL.

CONCLUSÃO

A par de qualquer crítica que possa ser feita aos equívocos eventualmente trilhados pelo CIESPAL (e em certo momento reconhecido pelo próprio Centro), é preciso ressaltar os esforços no sentido do estabelecimento de um método e instrumental próprios na região, somente possíveis a partir de um trabalho sistemático, que, incontestavelmente, o Centro realizou e realiza. Num primeiro momento, nos rumos do funcionalismo. Num segundo, no da Teoria da Dependência.

A própria análise crítica ao trabalho do Centro permite a incorporação de um avanço dialético que, paulatinamente, foi absorvido, gerando novos métodos, novas concepções. No caso dos currículos gerados a partir do CIESPAL, essa tendência se acentua, tendo-se em vista as possibilidades de ampliação por meio dos conteúdos programáticos. No caso da pesquisa em comunicação, pela mobilidade do campo, proporcionada tanto pela evolução dos meios de comunicação, quanto pela evolução das várias teorias.

Assim, a partir da percepção de que não podemos nos circunscrever a dogmas irrefutáveis, os benefícios das teorias são efetivamente mais palpáveis. O CIESPAL propõe essa revisão a partir de 1973, embora enveredando por um caminho também, hoje, já contestado e, ao que parece, já trilhado novos rumos — uma "terceira" fase, que ainda suscita dificuldade de nomenclatura. Talvez possamos, empiricamente, ainda, chamá-la de uma fase mais "profissional".

NOTAS

1. UNESCO, *UNESCO: Lo que es, lo que ace, como actua*, Paris, 1950, p. 4.

2. UNESCO (*XII Assembléa Geral — Os Católicos e a UNESCO*), Edições da AEC da Guanabara, Rio, 1965, pp. 145-146.

3. Veja também a edição em português: *Comunicação de massa e desenvolvimento*, Rio, Bloch, 1970.

4. Veja a esse respeito: CIESPAL, *CIESPAL: Organización, objetivos y programas*, Quito, CIESPAL, 1966.

5. Obra citada.

6. *A Trilateral — nova fase do capitalismo mundial*, Petrópolis, Vozes, 1979.

7. UNESCO, "Políticas y Planeamiento de la Comunicación — informe de la reunión de experts sobre políticas y planeamiento de la Comunicación (Paris)", em *Chasqui*, n.º 2, 1973, p. 20.

8. Obra citada, p. 26.

9. CIESPAL, *Seminário sobre la investigación de la Comunicación en América Latina*, Quito, CIESPAL, 1971, p. 2.

10. Marco Ordoñez Andrade, "El Rol de la Comunicación en la Sociedad", em *Chasqui* (II época), 1982, p. 45.